

ESTADO AVALIADOR: IMPACTO NO USO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Aline Maria Costa Gonçalves, UnB, alinecostapedagoga@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esse estudo busca analisar a complexidade teórica do Estado avaliador e os impactos nos usos dos resultados das avaliações externas no campo educacional. Sendo assim, o estudo se justifica pela premência crítica reflexiva acerca da incidência do Estado avaliador e regulador no cenário da educação brasileira.

Complementando esse cenário, há uma vasta disseminação do uso dos resultados das avaliações potencializados através dos mecanismos de publicização e responsabilização adquiridos especialmente a partir da implementação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Tal mecanismo incentiva a competitividade e, até mesmo, a cooperação entre as escolas, responsabilizando-as pelos sucessos ou fracassos escolares.

Diante disso, buscar novas estratégias para o uso dos resultados das avaliações externas de maneira contundente nas escolas públicas brasileiras torna-se um dos grandes desafios da prática avaliativa atual, já que, historicamente, as avaliações em larga escala foram projetadas como mecanismos de macrogestão e utilizam-se da lógica de quase-mercados representados pelo modelo estratégico da gestão privada.

DESENVOLVIMENTO

No contexto das reformas estatais ocorridas no Brasil na década de 1990, o Estado avaliador e o Estado regulador ganham destaque ao promover a cultura gerencial em substituição ao modelo burocrático. Tal iniciativa contribuiu para evidenciar a avaliação como mecanismo estratégico de gestão. Dessa forma, o desenvolvimento da avaliação no campo das políticas públicas como instrumento governamental, solucionou as exigências sociais acerca de como os recursos públicos eram aplicados, todavia, a política avaliativa ganhou força no âmbito da educação, especialmente nas últimas décadas (Castro,1996).

O Estado avaliador, conceituado por Neave (1988) no contexto de estudos sobre ensino superior, surgiu como saída para a imposição do governo em busca de atingir a “eficiência e o espírito empreendedor institucional de maior qualidade”. Além disso, como resultado da introdução do mercado como “o princípio regulador supremo do ensino superior” (Neave, 1998, p.216, tradução nossa).

Nessa configuração, Sousa (2009) observa que o Estado exerce a função reguladora ao ofertar, regular e financiar a educação, fomentando a ideia de “quase-mercado” na área educacional. Esse modelo justificado pelo mercado evidencia os resultados das instituições educacionais com a determinação aos moldes da gestão do setor privado, conforme observa Afonso (2005).

Nesse sentido, as avaliações como mecanismos de gestão estão voltadas a diversas finalidades e os seus resultados são potencializados a medida em que há uma centralidade nos processos avaliativos, enquanto são descentralizados os processos administrativos e financeiros, conforme observa Sousa e Oliveira (2003).

Nessa conjuntura, com a implementação no Brasil do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), na década de 1990, sistematiza-se a avaliação em larga escala em nível nacional para o ensino fundamental e médio com o objetivo de avaliar a qualidade da educação brasileira, como bem observa Sousa e Oliveira (2010).

O SAEB monitora e subsidia as políticas públicas no campo educacional, com o objetivo de tentar melhorar a qualidade do ensino, por meio do monitoramento dos índices de repetência, evasão escolar e aprendizagem, não obstante, tal implementação ainda enfrenta muitos desafios, sendo assim, a avaliação utilizada como instrumento de gestão possibilita a intervenção na realidade educativa, permite o controle estatal dos resultados, estabelece critérios comparativos e classificatórios de desempenho, incentiva por meio da concessão de prêmios, além de possibilitar o domínio público acerca do rendimento escolar, como bem afirma, Sousa e Oliveira (2003).

Diante disso, o Estado exerce o controle das políticas voltadas a educação, dessa forma, concentra-se na propagação de uma determinada concepção avaliativa que busca instituir meios para incentivar a competitividade entre as instituições educativas, responsabilizando-as pelo sucesso ou fracasso escolar, conforme observa Sousa e Oliveira (2003).

Assim, notam-se os mecanismos de responsabilização por meio das avaliações em larga escala que atribuem os seus efeitos aos profissionais escolares por meio dos resultados obtidos nos testes realizados pelos estudantes, conforme observam Bonamino e Sousa (2012). Tais afirmações ganham força quando usadas conjuntamente com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), um indicador que agrega dados referentes à aprovação escolar, por meio do Censo Escolar além das médias de desempenho no SAEB. Assim, o Ideb passou a obter notoriedade como referência na definição de metas a serem atingidas pelos sistemas de ensino público, conforme observa Sousa (2009).

Nesse contexto, o Ideb se constitui como ferramenta com vistas a prestar contas à sociedade, divulgando os resultados massivamente nas mídias, estabelecendo a classificação das unidades escolares avaliadas de maneira comparativa. Sendo assim, esses determinismos favorecem o modelo gerencial na educação, realizando uma nova configuração do papel do Estado e a ideia de educação pública. Enquanto o ideário de qualidade tem como hipótese o estabelecimento de diferenças em meio aos sistemas de ensino público como requisito para a própria produção de qualidade, como bem observa Sousa (2009).

Em síntese, o que se constata é a avaliação concretizada como instrumento de gestão educacional, demarcada pelo empreendimento estatal no decorrer dos anos 1990 no âmbito político-administrativo, aperfeiçoou as práticas de medição, avaliação e informação. Além disso, instrumentalizou a prática da avaliação, trazendo legitimidade através da disseminação idealizada na premência da avaliação a fim de qualificar a gestão educacional, conforme observam Sousa e Freitas (2004).

CONCLUSÕES

A discussão empreendida neste trabalho teve como principal objetivo uma melhor compreensão acerca da relação existente entre o Estado avaliador e os impactos ocasionados aos processos do uso dos resultados das avaliações externas no campo educacional. Nesse sentido, convém refletirmos que, nos dias atuais, a incidência estatal com características avaliativas e regulatórias está estabelecida no setor educacional brasileiro.

Com efeito, o atual panorama educacional evidencia o fortalecimento da avaliação em larga escala e seus processos de publicização, responsabilização, cooperação e competitividade, produzindo um modelo avaliativo voltado para o papel assumido pelo Estado avaliador, demonstrando robustez desse modelo de gestão que impactam diretamente no cotidiano escolar.

Como resultado, este estudo apresenta o Estado-avaliador como formulador e regulador das políticas educacionais de avaliação externa, enquanto modelo de gestão que precisa ser amplamente discutido nos espaços educacionais brasileiros, visto as contradições e limitações na condução dos processos avaliativos, buscando configurar o uso dos resultados das avaliações de maneira significativa aos diversos contextos escolares.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas contemporâneas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BONAMINO, A. SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

CASTRO, M. H. G. Palestra inaugural p. 9-11. In: **Anais do Seminário Internacional de Avaliação Educacional**, 1 a 3 de dezembro de 1997 / Coordenador: Alejandro Tiana. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998.

NEAVE, Guy. **On the cultivation of quality, efficiency and enterprise: an overview of recent trends in higher education in Western Europe**, 1986-1988. *European Journal of Education*, Oxford: Wiley-Blackwell, v. 23, n. 1/2, p. 7-23, 1988.

NEAVE, Guy. **Reconsideración del Estado Evaluador**. *European Journal of Education*, v.33, nº3, p.265-284, septiembre de 1998.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. Avaliação e gestão da educação básica no Brasil: da competição aos incentivos. In: DOURADO, L. R. **Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios?** São Paulo: Xamã, 2009.

SOUSA, S. M. Z. L.; FREITAS, D. N. T. de. Políticas de avaliação e gestão educacional – Brasil, década de 1990 aos dias atuais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 40, p. 165-186, dez. 2004.

SOUSA, S. Maria Z. L.; OLIVEIRA, R. P. de. **Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 24, n 84, p. 873-895, set. 2003.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. OLIVEIRA, Romualdo P. **Sistemas estaduais de Avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências**. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, set./dez. 2010.